

## ***O Povo e Diário do Nordeste: as notícias dos periódicos cearenses como fontes de estudo sobre a AIDS nos primeiros anos década de 1980***

*O Povo and Diário do Nordeste: the news from Ceará periodicals as sources of study on AIDS in the early 1980s*

*O Povo y Diário do Nordeste: las noticias de los periódicos de Ceará como fuentes de estudio sobre el SIDA a principios de la década de 1980*

Recebido: 24/04/2022 | Revisado: 05/05/2022 | Aceito: 07/05/2022 | Publicado: 11/05/2022

**Érica Cavalcante Lima**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4283-4022>

Universidade Federal do Ceará, Brasil

E-mail: [ericalimaufc@bol.com.br](mailto:ericalimaufc@bol.com.br)

### **Resumo**

Este trabalho buscou explorar os sentidos atribuídos à Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida (*Acquired Immune Deficiency Syndrome*) - Aids na imprensa cearense, mais especificamente em dois periódicos: *O Povo e Diário do Nordeste*, nos quatro primeiros anos da década de 1980, momento em que a enfermidade surgia como um verdadeiro enigma para a Ciência e que parecia pertencer a grupos específicos e a espaços muito distantes do Ceará. Nesse sentido, a questão central deste artigo é mostrar o teor dos discursos proferidos nos dois periódicos cearenses durante os anos de 1982 a 1984, período em que começaram a ser difundidas notícias sobre a enfermidade, que ainda não havia sido reportada nas “terras alencarinas”. Desse modo, a partir da análise desses registros que narraram a sua contemporaneidade, objetivou-se desvelar as representações de uma doença desconhecida e a insegurança diante das poucas informações que a medicina podia dispor naquele momento acerca da enfermidade e, principalmente, de como tratá-la.

**Palavras-chave:** AIDS; Notícias; Acontecimento social; Ensino em saúde.

### **Abstract**

This work sought to explore the meanings attributed to Acquired Immune Deficiency Syndrome (Aids) in the Ceará press, more specifically in two periodicals: *O Povo and Diário do Nordeste*, in the first four years of the 1980s, when the disease emerged as a real enigma for Science and that seemed to belong to specific groups and to spaces very far from Ceará. In this sense, the central question of this article is to show the content of the speeches given in the two Ceará periodicals during the years from 1982 to 1984, a period in which news about the disease began to be disseminated, which had not yet been reported in the “lands of Alencarinas”. Thus, from the analysis of these records that narrated their contemporaneity, the objective was to lay bare the representations of an unknown disease and the insecurity in the face of the little information that medicine could have at that moment about the disease and, mainly, about how to treat it.

**Keywords:** AIDS; News; Social phenomenon; Health teaching.

### **Resumen**

Este trabajo buscó explorar los significados atribuidos al Síndrome de Inmunodeficiencia Adquirida - Sida en la prensa de Ceará, más específicamente en dos periódicos: *O Povo y Diário do Nordeste*, en los primeros cuatro años de la década de 1980, cuando el la enfermedad emergía como un verdadero enigma para la Ciencia y que parecía pertenecer a grupos específicos ya espacios muy lejos de Ceará. En ese sentido, la cuestión central de este artículo es mostrar el contenido de los discursos pronunciados en los dos periódicos de Ceará durante los años de 1982 a 1984, período en el que comenzaron a difundirse noticias sobre la enfermedad, que aún no habían sido divulgadas en “tierras alencarinas”. Por lo tanto, con el estudio de los registros que habló de su contemporaneidad, tenemos la intención revelar las representaciones de una nueva enfermedad y la inseguridad acerca de las dudosas informaciones que la medicina pudiera tener en ese momento sobre la enfermedad y, principalmente, sobre cómo curarla.

**Palabras clave:** SIDA; Noticias; Evento social; Enseñanza en salud.

## **1. Introdução**

Uma doença com sintomas devastadores e formas peculiares de transmissão eclode para o mundo no início da década de 1980, quando foi divulgada a primeira informação oficial sobre o seu surgimento, no dia 5 de junho de 1981, pela *Morbidity*

*and Mortality Weekly Report (MMWR)*, o resumo epidemiológico semanal publicado pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos EUA, o qual fornece dados atualizados acerca da saúde pública, dando destaque, dentre outras questões, ao surgimento de novas doenças (Nascimento, 2005).

Como bem destaca Jane Galvão, em seu estudo “AIDS no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia”, os primeiros anos da década de 1980 marcam a maneira como a Aids se “instalou” no país, que não se deu da mesma forma como nos EUA, país onde surgiram os primeiros casos divulgados, ou seja, através da identificação de sintomas de adoecimentos semelhantes, tais como infecção pulmonar, candidíase oral, citomegalovírus (CVM), sarcoma de Kaposi, exagerado emagrecimento e febre persistente, em jovens homossexuais masculinos sem história prévia de imunodeficiência, mas sim por meio de relatos via mídia.

O primeiro caso identificado no Brasil aconteceu em 1983. Tratava-se de um jovem homossexual que apresentava gânglios pelo corpo, além de febre e perda de peso injustificada. Foi diagnosticado com tuberculose disseminada, em decorrência da afecção pela Síndrome da Imunodeficiência Adquirida. Até a confirmação do diagnóstico do primeiro doente de Aids no Brasil, a enfermidade já participava enquanto notícia dos principais assuntos divulgados pelos periódicos de grande circulação do país. Desse modo, no Brasil, a Aids “chegou”, primeiro como notícia e, anos depois como doença, propriamente dita (Galvão, 2000).

É importante levarmos em conta que quando se fala na chegada da Aids ao Brasil, não é no país como um todo, pois a doença disseminou-se em gradações diferentes em seu imenso território. No tocante ao espaço geográfico que abordamos neste artigo, o estado do Ceará, a enfermidade só foi diagnosticada cerca de dois anos após a confirmação do primeiro caso surgido no país, em 1985.

Nesse sentido, longe de experiências com casos da enfermidade, o que se publicava nos jornais locais sobre a síndrome dizia respeito às informações relativas ao que vinha de fora, tanto de outros países como de outros estados, sobretudo São Paulo, que, por vários anos, foi o epicentro da Aids no Brasil (Lima, 2021).

Vale registrar que nesses primeiros anos após o surgimento da Aids no Brasil, a comunidade médico-científica do país percebia a relevância e os possíveis impactos da doença na população brasileira de maneira divergente. Alguns especialistas consideravam-na um problema de saúde pública, em virtude da sua rápida difusão e devastadora manifestação nos corpos, e outros a enxergavam como uma enfermidade que não atingiria uma parcela importante da população, visto que pensavam tratar-se de uma patologia restrita a determinados grupos, e que a tendência era a de permanecer nos limites dos EUA. Diante dessas questões, não houve, a princípio, uma mobilização sistemática de contenção da enfermidade por parte da ciência brasileira, tampouco por parte do Estado.

Nesse sentido, o conhecimento sobre a doença que era difundido no meio científico e incorporado pela imprensa brasileira nos primeiros anos da década de 1980, era profundamente influenciado pelo que era divulgado pelas agências norte-americanas de informação, as quais, convém destacar, tiveram papel fundamental na difusão das informações sobre Aids, pois faziam a transposição dos conteúdos dos artigos publicados em periódicos médico-científicos para as páginas da imprensa leiga (Tronca, 2000).

Com esse movimento, conforme assinala Grmek (1989), a Aids tomou o espaço público e tornou-se tema de destaque na mídia em todo o mundo, sobretudo à medida que iam surgindo novos casos da síndrome em diferentes países.

Nesses artigos científicos, dois aspectos sobre a nova doença apareciam de maneira preponderante, quais sejam: o caráter mortal e a aparente estreita ligação com os homossexuais masculinos. Frente a esses aspectos, no período de notificação dos primeiros casos, quando ainda não havia certezas em relação ao agente etiológico da enfermidade, e, nem mesmo, uma nomenclatura científica, a patologia que parecia escolher criteriosamente as suas vítimas, e que ainda não havia sido reconhecida como epidemia, recebeu dentro do meio médico, e, em seguida, na esfera midiática, denominações carregadas de simbolismo e

preconceitos morais, tais como: “peste gay”, “câncer gay” e “doença dos homossexuais” (Nascimento, 2017).

De acordo com Tronca (2000), a partir de suas análises dos diários médicos dos primeiros anos da epidemia de Aids nos EUA, a construção que permaneceu por tanto tempo rigidamente consolidada do trinômio Aids-morte-homossexuais, por mais que tenha se difundido e se perpetuado através de abordagens midiáticas, em grande parte sensacionalistas, não foi inventado pela imprensa, mas partiu do próprio discurso médico.

Como bem destacam Vianna e Nascimento (2013), não podemos esquecer que a elaboração e o desenvolvimento do conhecimento científico não se dão de modo apartado do contexto social de seus autores. A historiografia das ciências tem exercido o importante papel de constantemente nos lembrar que as questões políticas, econômicas, culturais, morais e sociais estão profundamente arraigadas na elaboração dos saberes, aspecto que põe em xeque a pretensa imparcialidade do discurso científico, bem como a ideia de Ciência como sinônimo de verdade.

Tal perspectiva nos ajuda a compreender que a produção dos conhecimentos médico-científicos acerca da Aids não esteve livre da influência de configurações e estruturas sociais, históricas e culturais dos profissionais que as formularam. À vista disso, é importante refletirmos sobre a construção dos preconceitos ao redor da doença sob essa ótica (Vianna & Nascimento, 2013).

Nesse sentido, é importante destacar que a homossexualidade, até 1973, ainda era classificada como patologia pela Associação Americana de Psiquiatria (Geantomasse & Bervique, 2010), e, no Brasil, só deixou de ser considerada desvio e transtorno sexual, em 1985, pelo Conselho Federal de Medicina.

Essas ações que reconheciam não tratarem-se de pessoas doentes os homossexuais, ainda que tardias, não ocorreram nesse período por coincidência, nem de forma espontânea por parte da ciência, mas foram reflexo de muitas reivindicações por parte de diversos grupos de ativismo pelos direitos dos homossexuais, que se manifestavam desde a década de 1960, a fim de normalizar, perante a sociedade, a condição de sua sexualidade, em busca de maior liberdade e respeito (Vianna & Nascimento, 2013). Gradativamente, apesar de toda resistência, a comunidade *gay* começava a conquistar mais espaço, e já contava com uma considerável presença política em várias cidades norte-americanas (Fee & Fox, 1989).

Dessa forma, dentro de um contexto de forçosa mudança cultural, onde grupos historicamente oprimidos e silenciados acerca dos seus modos de existir, de sentir, de viver e de relacionar-se sexual e afetivamente passavam a exigir o “direito de ser”, que ia de encontro a toda a tradição cultural predominante, a qual não enxergava outras possibilidades de relações afetivas/sexuais que não entre homens e mulheres, pelo menos não de maneira aberta, ajuda-nos a compreender que não foi por acaso o esforço de vinculação dos homossexuais à doença, na construção da Aids enquanto fenômeno social.

O par AIDS-homossexualidade, portanto, surgia conveniente à tentativa de (re) patologizar uma condição sexual historicamente rechaçada e estigmatizada pela sociedade, e ainda auxiliava no movimento de busca por culpados para a “nova peste”, comportamento tão comum no advento de doenças socialmente impactantes (Sontag, 1989, Nascimento, 2017).

Em virtude do contexto de seu surgimento para o mundo ter sido um momento de ampla ascensão dos veículos de comunicação em massa, no tocante à aquisição e divulgação de informações, por conta, principalmente, de muitas evoluções tecnológicas, como a criação do fax, por exemplo, que ensaiava a “diminuição das distâncias” antes do surgimento da *internet*, nos anos 1990, essa enfermidade veio inaugurar a mundialização ou globalização quase que imediata das sensações ocasionadas por uma patologia.

Como bem destaca Spink, et al (2001, p. 2), a Aids “foi a primeira doença da mídia”, tendo em vista que diferenciou-se de outras grandes e marcantes epidemias que a antecederam, sobretudo no que diz respeito aos impactos sociais relacionados à sua representação, pois, em virtude de sua ampla divulgação no meio televisivo, radiofônico e jornalístico, que atingia, através das notícias sobre ela, uma enorme quantidade de pessoas, estimulava a geração de temores e apreensões antes mesmo de sua atuação biológica no meio social.

Aspecto que fez com que ela viesse a se tornar um dos temas de destaque da sociedade naquele período, ultrapassando a sua condição de fenômeno biomédico e tornando-se um acontecimento social, ou seja, um verdadeiro marcador simbólico, que, repleto de sentidos prévios, promoveu integração e coesão sociais.

Como bem destaca Eliseo Verón (1981), os significados dos acontecimentos sociais se desenvolvem em dependência com o modo como os indivíduos de uma dada coletividade o percebem e lhes dão inteligibilidade, e, segundo o semiólogo, são eventos que nas sociedades industriais só tomam a forma que apresentam à medida que são moldados pela mídia. (Verón, 1981).

É válido destacar que os acontecimentos sociais nunca são neutros, são antes objetos de uma produção social constituída por diversas apropriações e recepções diferenciadas que instigam a sua problematidade (Mateus, 2011). Seus significados se devem à sua relação com outros acontecimentos; aos sentidos que lhes são imputados pela sua inscrição social e cultural no compartilhamento de costumes, convenções e instituições; à experiência pública e à maneira como a sua materialidade e as consequências que dela decorrem são interpretadas, apreendidas e vividas (Babo-Lança, 2011).

Nessa perspectiva, considerando que na ambiência de uma “sociedade midiaticizada” a construção dos sentidos dos acontecimentos se dão no e pelos discursos difundidos, os quais encontram nos meios de comunicação importantes aliados na produção de seus significados (Verón, 2004, Fausto Neto et al., 2010), a imprensa exerceu dupla função na formação da Aids como um acontecimento social, pois ao passo que anunciou o aparecimento de um novo fenômeno patológico, foi o principal meio de transmissão dos informes sobre a doença, operando a passagem do conhecimento médico/científico para o registro social, aspecto que possibilitou a modelagem progressiva dos contornos que a enfermidade adquiriu socialmente (Spink, et al., 2001).

Diante dessas questões, cremos que os produtos dos veículos midiáticos consistem em valiosa ferramenta no estudo histórico sobre o fenômeno Aids na década de 1980, tendo em vista que possibilitam tanto a aquisição de informações acerca da doença em sua perspectiva ecológica, ao passo que discorrem sobre os seus aspectos biológico-científicos, bem como contribuem para desnudar a patologia em sua perspectiva social (Silveira & Nascimento, 2018), revelando que os significados a ela atribuídos guardam estreita ligação com contexto social, político, econômico e religioso no qual está inserida.

Dessa maneira, concordando com a perspectiva de Sontag (1984), de que o significado que as doenças podem vir a ter numa coletividade se fundamenta, em grande medida, nas experiências históricas e culturais experimentadas pelos indivíduos que a compõem, diferenciando-se a depender da época vivenciada, escolhemos, neste estudo, abordar a Aids a partir da análise de notícias de jornais.

Cremos que esses registros, que retrataram narrativas de sua contemporaneidade, representam uma importante ferramenta na compreensão dos modos como uma determinada sociedade lida com suas doenças, sobretudo com aquelas de grande impacto e de exaustiva publicização, como a enfermidade em questão.

## **2. Metodologia**

Este trabalho se insere em um campo de estudo que vem florescendo há cerca de duas décadas, um segmento da pesquisa histórica chamado “História da Saúde e das Doenças”. Os trabalhos desenvolvidos na perspectiva deste campo têm demonstrado que as enfermidades, sobretudo aquelas de grande impacto social, como a Aids, por exemplo, apesar de se tratarem de um fato biológico, não se restringem, enquanto objeto de pesquisa, apenas a alçada da medicina e demais áreas da saúde, pois as doenças, para além de suas manifestações fisiopatológicas, podem configurar-se importantes fatos sociais, vindo a possuir sentidos e significados que se constroem a partir da articulação dos olhares que uma dada coletividade elabora sobre elas, aspecto que revela muito acerca do pensamento e das sensibilidades da sociedade no momento em que vivencia e responde a esses flagelos (Araújo, 2021).

Sob a luz deste entendimento, o pesquisador ao tratar das grandes enfermidades as observa não no seu aspecto biomédico, mas como eventos que desestruturam a sociedade, causando situações desagregadoras no cotidiano e, não raro,

gerando ondas de temores na população (Le Goff, 1985). Nessa perspectiva, as doenças constituem-se ferramentas privilegiadas para a compreensão das relações sociais e de poder de um determinado momento, em virtude da constatação dos valores sociais e práticas institucionais erigidos sobre a enfermidade, pois como bem destacam Revel & Peter (1988), as doenças e os fenômenos mórbidos que a elas se relacionam possibilitam observar como em épocas e lugares distintos, os dispositivos de poder, quais sejam: o Estado, os aparelhos administrativos, as instituições religiosas, caritativas e filantrópicas, se articulam a fim de combater um “mal”, demonstrando o que consistem as práticas de controle dos corpos e dos comportamentos, ações que, quase sempre, estão intrinsecamente relacionadas à moralidade vigente (Araújo, 2021).

Desse modo, Le Goff (1985) ressalta que os historiadores analisam as doenças como fatores que desarticulam a relação dos enfermos com o meio social e, assim, o campo de pesquisa da História da Saúde e das Doenças se interessa pelas patologias crônicas, endêmicas, epidêmicas e pandêmicas aliadas às implicações sociais e políticas delas advindas.

Considerando que o contexto de eclosão da doença sobre a qual nos debruçamos neste artigo foi permeado por ampla dominação midiática, onde a imprensa consolidava-se no lugar privilegiado de principal difusora de ideias numa perspectiva global, entendemos que as notícias veiculadas sobre a Aids podem fornecer subsídios importantes acerca dos modos como a sociedade reagiu ao surgimento e expansão dessa enfermidade tão complexa social e biologicamente.

É válido destacar que no que compete à utilização dos registros jornalísticos como fontes primárias de pesquisa, a historiografia, sobretudo a partir da ampliação dos objetos e métodos da pesquisa histórica proposta pela *Escola dos Annales* (1930), tem percebido a abrangência de possibilidades de análises a partir desse tipo de documento. Entretanto, de acordo com Luca (2008), ainda nos anos 1970 eram escassas as produções históricas que recorriam às fontes hemerográficas. Segundo a autora, são encontrados alguns trabalhos que abordavam a história da imprensa, mas relutava-se em escrever uma história por meio da imprensa.

Conforme Capelato (1988, p. 21), até meados do século XX, os historiadores brasileiros demonstravam um posicionamento antagônico em relação a esse tipo de fonte, pois, de um lado, desprezavam-na, por considerá-la fonte suspeita, por julgarem-na instrumento de manipulação do pensamento em serviços dos interesses de determinados grupos e classes da sociedade, e, de outro, a enalteciam, por compreenderem-na como um verdadeiro “repositório de verdades”, já que descreviam os fatos e tinham compromisso com a “neutralidade”. Todavia, como bem destaca a autora, o registro jornalístico não é nem transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nem desprezível enquanto fonte permeada por subjetividade, constitui-se, na verdade, como fonte complexa e rica em possibilidades de estudo, devendo, portanto, ter todas essas características que a envolvem cautelosamente consideradas pelo pesquisador, que deve situá-la enquanto agente da história, captando o movimento vivo das ideias e personagens que circulam por suas páginas.

Jacques Le Goff (2003) alerta que nenhuma fonte de pesquisa é inocente ou isenta de intencionalidade, por essa razão, jamais podem ser tratadas como um retrato fiel da realidade que porventura descrevam. Conforme ressalta o autor, todo documento que venha a subsidiar a elaboração de uma pesquisa histórica deve ser analisado de modo a não se deixar levar de maneira acrítica pelo seu discurso. Seguindo este entendimento, ao pensarmos nas notícias de jornais enquanto fonte de pesquisa devemos considerar que não apenas os aspectos subjetivos e objetivos de quem o produz se fazem presentes, mas, também, os interesses do próprio jornal, além das particularidades de cada organização, visto que a produção de imprensa não ocorre de maneira homogênea e plenamente padronizada nas diferentes instituições.

Nesse sentido, o uso da imprensa como fonte é bastante variável em sua metodologia de pesquisa, a depender do recorte do historiador, do seu objeto de pesquisa e de sua abordagem, se tornando impossível enquadrar o uso dos periódicos em uma sistemática uníssona. Desse modo, partimos da premissa de que é impossível elaborar um “manual” para o uso da imprensa como fonte para o historiador (Lapiente, 2016).

Apesar da inviabilidade da padronização do uso dos jornais como documento histórico, Elmir (1995), em seu texto

“*As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas do seu uso para a pesquisa histórica*”, aponta como fundamental que os conteúdos da imprensa não sejam estudados de maneira isolada. O contraponto com outras fontes é fundamental, até porque o jornal, como bem destaca Sosa (2007, p. 11-12), se encontra “em dois tempos: um objetivo, que interpreta o texto escrito efetivamente e outro subjetivo, que precisa entender aquilo que não aparece escrito, mas é possível identificar à luz do contexto histórico”.

Dessa forma, os jornais, como bem destaca Capelato (1988), disponibilizam farto material para o estudo histórico da vida cotidiana, ao passo que, através de suas narrativas nos aproxima dos costumes, das práticas sociais, das crenças, das sensibilidades, enfim, de todos os aspectos do dia-a-dia que registram, mas na análise de seus conteúdos devemos estar em constante reconhecimento do que está em torno deles, já que suas produções estão invariavelmente atreladas ao seu tempo histórico (Sosa, 2007).

Ciente dessas questões, este trabalho, na tentativa de identificar quais sentidos foram atribuídos à Aids enquanto notícia, buscou investigar a maneira como a imprensa cearense abordou o momento de eclosão do tema Aids, antes de serem reportados casos locais da enfermidade, a fim de compreender o modo como a síndrome se fazia perceber nos jornais cearenses, que aspectos foram abordados sobre ela nesses periódicos, bem como os sujeitos que protagonizaram a formulação dos discursos sobre a síndrome.

Para tanto, elegemos como fonte de pesquisa os registros jornalísticos dos dois principais periódicos do Ceará, quais sejam: *O Povo* e *Diário do Nordeste*, que contemplam os anos de 1982, 1983 e 1984, período correspondente à primeira matéria localizada sobre a doença e à última antes da confirmação do primeiro caso no Ceará.

Enfatizamos, por oportuno, que a escolha por trabalhar com as fontes jornalísticas na construção deste artigo se deveu ao fato de compreendermos que a imprensa é, a um só tempo, como destacam Martins e Luca (2008), objeto e sujeito da história, bem como instrumento que auxilia na reconstrução do passado, sobretudo quando se refere a assuntos que foram massivamente apropriados por ela, tal como a Aids na década de 1980, pois ao produzirem informações para o público não se restringem à divulgação dos fatos, mas contribuem para a formação do imaginário individual e coletivo, a partir do que veiculam e, sobretudo, da forma como veiculam as informações.

É necessário ressaltar que essa escolha decorreu, ainda, do fato de ambos os periódicos terem coberto de maneira regular as informações médicas acerca da doença, abordando-a nos cadernos nacional, internacional e de saúde, bem como pela razão de, no contexto analisado, terem sido os jornais de maior domínio e difusão no estado.

Acrescentamos, também, que os nove registros que permitiram a elaboração deste estudo (um de 1982, quatro de 1983 e quatro de 1984), foram localizados nos arquivos da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, em Fortaleza-CE. Das nove matérias apreciadas, quatro aparecem analisadas de maneira direta no texto, em virtude de trazerem informações mais detalhadas acerca das descobertas científicas, dos dados epidemiológicos que vinham de outros espaços, bem como dos elementos referentes às questões sócio-culturais, políticas e econômicas que orbitavam nas formas de se compreender um “mal” que parecia escolher vítimas específicas.

Dessa forma, a partir da análise dessas notícias, almejamos verificar quais aspectos foram sobressalentes nas narrativas sobre a doença naquele contexto, buscando identificar de que forma a abordagem utilizada por esses registros pôde contribuir para a cristalização ou desmistificação de ideias que colaboraram para a formação do imaginário sobre a patologia nos primeiros anos de sua existência, antes de experiências locais com a síndrome.

### **3. As Notícias que Abordaram a Nova Doença antes dos Primeiros Casos Reportados ao Ceará**

No Ceará, nas fontes analisadas, a única notícia encontrada que aborda a Aids nos dois primeiros anos da década de 1980, data de 12 de dezembro de 1982, do jornal *O Povo*, cujo título era: “*Americanos descobrem nova doença que ataca*

*crianças*”. Apesar da inexistência de casos confirmados no estado e de tudo o que se sabia sobre a patologia ser proveniente de outros países e de outros estados do Brasil, o relato traz outra abordagem, que não vincula a enfermidade estritamente aos homossexuais, como era excessivamente reproduzido no período, conforme podemos verificar, por exemplo, a partir das seguintes manchetes dos periódicos *O Globo*, de 11 de dezembro de 1981 e *Jornal do Brasil*, de 30 de maio de 1982, que diziam, respectivamente: “*Doença misteriosa leva à morte os homossexuais*” e “*Doença nova atinge os homossexuais nos EUA*”. (apud Araújo, 2018, p. 101).

Ao trazer essa informação, a notícia do jornal cearense abria o leque dos indivíduos que podiam vir a ser vítimas do “mal”, em virtude da possibilidade de crianças também poderem ser contaminadas pela infecção que, até então, era designada como uma doença de homossexuais.

A matéria, que já denomina a, outrora, “doença misteriosa” pelo nome AIDS, tendo em vista que a patologia já havia sido classificada como Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, em meados desse mesmo ano (Nascimento, 2017), ressalta que, embora se julgasse a enfermidade como pertencente apenas aos homossexuais, ela já havia ampliado o seu “*raio de ação maléfica*”, atingindo outros grupos: “*os adeptos à 'picada', os imigrantes haitianos e os hemofílicos*”. (O Povo, 1982, p. 08). A notícia descreve os indivíduos que passariam a fazer parte dos chamados “grupos de ricos”.

Com a ampliação dos perfis de acometidos pela Aids, esse novo elemento, “grupo de risco”, é incorporado de maneira muito contundente ao repertório de palavras que se relacionam à doença. Ou seja, já se sabia, cientificamente, que a patologia poderia atingir a qualquer indivíduo, mas veiculava-se a ideia de que alguns sujeitos deveriam sentir-se e serem vistos como alvos mais propícios de serem acometidos. Nesse sentido, como bem registra Rosemberg (1992, p. 149), “o termo grupo de risco, apesar de aparentemente 'neutro e científico' tem implicações morais subjacentes: ele não acusa as vítimas explicitamente, porém aponta para correlações entre comportamento e patologia, entre pecado e punição”.

A referida notícia, em sua primeira parte, tece um breve resumo da trajetória da doença, frisando aspectos que dizem sobre a sua difusão, suposta origem e de como vinha agindo sobre as vítimas. A matéria, como já dissemos, traz a novidade que até então não era comumente divulgada, a possibilidade de contaminação de sujeitos não inseridos no já mencionado grupo de risco o que invalida a particularização que se fazia da síndrome aos indivíduos considerados promíscuos, tendo em vista a probabilidade de atingir aquelas que são símbolos de pureza, as crianças.

É interessante salientarmos que, conforme assinalam Herzlich e Pierret (1992), no estudo sobre a Aids em seis jornais franceses, a imprensa francesa, desde 1982, já relatava que os homossexuais não eram os únicos atingidos, mas também os usuários de drogas injetáveis, o povo do Haiti e até as crianças, assim como o supramencionado registro.

Na notícia cearense ora analisada, o que realmente se destaca é o seu teor alarmista, que, constantemente, reforçava a ideia de que a doença espalhava-se pelo mundo e que, portanto, consistia em um “mal a ser combatido”.

É importante frisarmos que até o momento em que a enfermidade parecia atingir somente os homossexuais, ela era encarada como uma curiosidade médico-científica e, até então, não se falava em iniciativas governamentais e não governamentais de combate e prevenção à patologia, a não ser por iniciativas de grupos de militantes homossexuais, que estavam muito aflitos em virtude do crescente número de casos entre essa minoria (Galvão, 2000). As primeiras reações das autoridades médicas no Brasil, nesse período, restringiam-se a exigências por “atos enérgicos e normas rigorosas” em relação à postura governamental frente ao convívio e práticas homossexuais, sobretudo. (Trevisan, 2007).

Conforme destaca Trevisan (2007), o discurso médico de enfrentamento à proliferação da síndrome, nesse período, conclamava os órgãos de saúde e higiene para agirem com o rigor necessário, devendo intervir na liberdade de práticas consideradas irregulares, tais como os atos sexuais “anormais” e os vícios. A ação do estado, nesse contexto em que a infecção parecia escolher suas vítimas, as quais, na maior parte das vezes, eram sujeitos discriminados pela sociedade, segundo o referido discurso, deveria se centrar em medidas coercitivas de controle dos corpos, tais como o fechamento de saunas gays, por exemplo.

Em outra parte da mesma notícia são colocados os sintomas recorrentes no acometimento da enfermidade, e sobre esse aspecto, é importante destacar que, a partir da veiculação dos primeiros casos da doença, os sintomas que a caracterizavam foram os principais signos identificadores daqueles “portadores do mal”.

As manchas pelo corpo, a assustadora magreza e a fragilidade diante das mais simples afecções transmitiram a nova identidade social desses indivíduos, os aidéticos, que deveriam ser afastados do convívio com as pessoas saudáveis, protegendo-as, dessa maneira, da possibilidade de contágio. Nesse sentido, podemos supor que a publicação dos principais sintomas recorrentes aos acometidos pela enfermidade, aspecto presente em boa parte das notícias sobre a doença, servisse como alerta para a necessidade de observação de si e, principalmente, do outro. (Lima, 2021).

Face à alarmante multiplicação de novos casos em diferentes lugares do mundo, tornava-se claro que a nova doença podia atingir a todos indiscriminadamente. Caía por terra a frágil esperança de que a Aids fosse uma peculiaridade de determinadas minorias, e, dessa maneira, tornava-se necessária a mobilização da classe médica e de todas as instituições similares para combatê-la.

A matéria termina comparando a violência da infecção em seus portadores com outras enfermidades que a antecederam nos Estados Unidos, mas que se restringiram aos limites do país, como, por exemplo, “*a doença do Legionário, que matou 34 pessoas entre 221 vítimas registradas em 1976, e a 'síndrome tóxica' em consequência da qual morreram 84 das 1600 mulheres afetadas por este mal, surgido entre as usuárias de absorventes íntimos*”. (O Povo, 1982, p. 8).

O que é possível apreender da notícia sobre a explanação da doença como sendo pertencente ao país norte-americano é que reflete a sensação que se tinha da Aids como uma “doença de fora”, que não nos pertencia e que ainda estava distante. Nesse sentido, a Aids, assim como a sífilis, em diferentes contextos, outra doença repleta de tabus, que, anteriormente, também foi percebida como um mal trazido de outra localidade ou país estrangeiro, foi compreendida como um mal externo, ocasionada por outros “culpados”, demonstrando que nenhuma sociedade quer para si a alcunha de “berço” ou “portadora do mal” (Sontag, 1989).

Podemos dizer que essa doença, dentre suas peculiaridades, caracterizou-se como um fenômeno social, porque além dos impactos decorrentes de seu aspecto biológico, ela contribuiu para a mudança de estruturas sociais, de comportamentos e de mentalidades, tendo em vista que, considerando o contexto de sua proliferação, onde a visão cientificamente construída era a de que vivíamos a fase final da derrocada das doenças infecciosas, ter de enfrentar uma síndrome considerada “doença nova”, transmissível e incurável, com características devastadoras para o organismo dos indivíduos infectados, causava, não por menos, perplexidade. (Nascimento, 2005).

Dessa forma, a Aids se configurou como um acontecimento paradoxal, sendo um fenômeno extremamente contemporâneo, mas que ao mesmo tempo evocava questões arcaicas da natureza humana. Ao passo que trazia a novidade da “doença no espaço público”, interligando, como nenhuma outra enfermidade que a precedeu, as esferas biológica, política e social no seu enfrentamento, tendo a imprensa como a principal promotora dessa articulação, fazia ressurgir temores ancestrais, trazendo à tona os medos mais primitivos que sempre permearam o imaginário humano, como o medo da morte, por exemplo (Herlizch & Pierret, 1992). Demonstrando que, não importando a época, seja na antiguidade ou na contemporaneidade, as atitudes face às doenças de grande impacto social quase sempre se repetem. (Le Goff, 1985).

Em outra notícia também do jornal *O Povo*, de 01 de julho de 1983, cujo título era: “*AIDS preocupa homossexuais em São Paulo*”, somos informados sobre o temor daqueles que eram considerados os causadores e principais transmissores da “peste” que assolava o século XX, os homossexuais. Através dessa fonte, temos acesso às primeiras iniciativas dos grupos de militantes homossexuais de São Paulo, do grupo *Outra Coisa*, que representavam, no contexto geral das respostas não-governamentais frente à doença um dos principais expoentes na tomada de medidas de enfrentamento, sobretudo no que diz respeito à prevenção. (Lima, 2021).



Trevisan (2007) salienta que, no Brasil, até aparecerem os primeiros casos da doença em outros grupos, além daqueles pertencentes aos grupos de risco, a enfermidade não causou tanto impacto na sociedade e na classe médica por ser vista como uma curiosidade da medicina, um mal particular daqueles homens adeptos a condutas e práticas sexuais não convencionais.

Todavia, nesse período, conforme descreve Galvão (2000, p. 55), “[...] a AIDS deixa de ser um ‘mal de folhetim’ [...]” e adentra no quadro epidemiológico do Brasil, deixando de representar somente uma doença estrangeira e distante, fato que se refletirá nos tipos de abordagens da mídia nacional sobre a síndrome. A partir do ano de 1983 começaram as publicações dos casos da enfermidade nos homossexuais brasileiros. Tais matérias se caracterizavam, em grande medida, por enfatizarem a suposta relação da doença com esses indivíduos.

Em julho desse ano, foi noticiado o primeiro caso fatal, que, porventura, tratava-se de uma personalidade da mídia: o estilista Markito, afamado por suas criações vestidas por artistas e socialites. Essa notícia serviu de impulso para as iniciativas dos grupos de militantes homossexuais paulistas, que passaram a pressionar a Secretaria de Saúde do estado de São Paulo para a criação de medidas que interferissem no aumento dos números de casos da doença entre essa minoria (Galvão, 2000).

Como bem assinala Granjeiro, *et al.* (2009), no início dos anos 1980, como fruto da ebulição cultural, política e social decorrente da década de 1970, surgiram no Brasil vários grupos de ativismo homossexual, tais como os grupos *Somos* e *Auê*, no Rio de Janeiro, o *Outra Coisa*, em São Paulo, e o *Grupo Gay da Bahia* (GGB). No entanto, diante dos registros dos primeiros casos de Aids no país, em 1983, as questões relacionadas à luta pela afirmação da identidade homossexual, que era a grande pauta desses grupos, sofreram relativa desarticulação, pois boa parte dos ativistas resolveram concentrar os seus esforços em torno da “guerra” contra a síndrome.

Em resposta aos apelos desses grupos, no estado de São Paulo a secretaria de saúde criou o Programa de AIDS de São Paulo, que previa medidas, tais como o estabelecimento da notificação compulsória e a criação de um serviço de informação por telefone. Ações que, ao longo da década, foram sendo adaptadas de acordo com o aumento do número de casos da doença por todo o Brasil, inclusive no Ceará. (Lima, 2021).

No tocante ao repasse da informação pelo jornal cearense, verificamos que a doença, embora já tivesse chegado oficialmente ao Brasil, ainda parecia estar distante das terras alencarinhas. O que observamos no espaço da matéria é a simples transmissão do fato que estava ocorrendo em São Paulo, não sendo feita nenhuma referência à possibilidade da chegada da doença ao Ceará, tampouco sobre alguma aparente preocupação da comunidade *gay* local.

Nessa notícia, são colocados, ainda, detalhes sobre o manual que fora aprovado pela médica Valéria Petri, da Escola Paulista de Medicina, “*que cuida de todos os casos suspeitos de AIDS*”, e pelo professor da Universidade de São Paulo (USP), Ricardo Veronezzi, tais como o preço e a maneira que poderia ser adquirido. “*Custa 400 cruzeiros e pode ser adquirido através da caixa postal 62.699 - São Paulo*”. (O Povo, 1983, p. 13).

Essa preocupação do jornal em repassar tais detalhes nos faz pensar que, embora a enfermidade parecesse estar distante da realidade cearense, poderia haver, certamente, pessoas que almejavam essas informações, assim como que o jornal achasse necessário e “facilitasse” o contato das pessoas daqui, sobretudo dos homossexuais, com esse manual criado em São Paulo. A notícia ainda esclarece, através da fala do membro do referido grupo ativista, Antônio Carlos Tosta, que o termo “*Câncer Gay*” era carregado de preconceito, além de ser equivocado, já que a doença não era de pertencimento exclusivo dos homossexuais.

Verificamos, nesse sentido, que a abordagem escolhida pelo jornal para trabalhar a síndrome se diferencia da habitual na grande mídia, se considerarmos que nos meios televisivos, nas notícias de outros jornais do país e em muitas revistas, esse termo, assim como outros, igualmente preconceituosos eram utilizados como sendo usual e correto (Barata, 2006). Na notícia do jornal cearense, no entanto, observamos o inverso.

É interessante ressaltarmos que embora algumas publicações insistissem em classificar a doença como sendo uma particularidade dos homossexuais, desde 1983, conforme observamos em alguns exemplares da literatura médica sobre a

síndrome, já se sabia incorreta a intrínseca relação da Aids com os homossexuais. É o que constatamos a partir do seguinte fragmento retirado do estudo desenvolvido pelos médicos pertencentes ao Centro de Saúde da Comunidade Fenway de Boston, Mayer e Pizer, de 1983:

Houve um tempo em que a AIDS foi chamada de GRID (Gay Related Immune Deficiency), Deficiência Imunológica Relacionada com o Gay. Era um termo infeliz, baseado em uma compreensão superficial da moléstia – possivelmente devida a preconceitos existentes contra os homossexuais. Não há nada quanto a homossexuais que seja intrínseco à contração da AIDS. Não sabemos de nenhum fator genético, por exemplo, comum em homens homossexuais que os predisponha a contraírem AIDS (Mayer & Pizer, 1983, p. 5).

Ao abrir espaço para a fala do líder do grupo homossexual, que rejeita a utilização de designações preconceituosas da enfermidade, o jornal, de maneira “imparcial”, buscou reforçar esse movimento ainda tímido, naquele período, de buscar desmistificar a doença e de desvinculá-la da figura dos homossexuais. É importante destacar que, no ano de 1983, sobretudo, os casos da doença se multiplicaram assustadoramente e o conhecimento médico se tornava desatualizado, pois não acompanhava a velocidade e as nuances da síndrome. A cada dia se percebia o indiscriminado raio de atuação da enfermidade.

Nesse mesmo ano, conforme demonstra o trabalho dos supramencionados médicos americanos, existiam evidências científicas de que a doença podia atingir qualquer indivíduo, e que, portanto, fazia-se urgente que fossem desfeitos “quaisquer preconceitos que possamos ter em relação a preferências sexuais, raça ou etnia, e passemos a considerar a AIDS uma crise de saúde pública que afeta a sociedade inteira.” (Mayer & Pizer, 1983, p. 2).

A Aids já mostrava que não era mais tão “particular”, nem tão “estrangeira” assim (Galvão, 2000), desse modo, a difusão de notícias, nesse período, que davam enfoque as questões moralmente polêmicas relativas à doença, como a suposta ligação da síndrome aos homossexuais, que, como vimos, já aparecia deveras questionável, cientificamente, demonstra mais a vontade de explorar de maneira sensacionalista o tema Aids, do que, propriamente, informar a população sobre a patologia. O que não é o caso da matéria ora analisada.

Em 1983, assim como em vários outros países, os quadros da síndrome no Brasil começaram a mudar, casos de Aids se tornavam cada vez mais frequentes no estado de São Paulo, mormente, apesar de o agente infeccioso ainda ser visto como “estrangeiro”, já que boa parte dos casos apresentados eram descritos como sendo de pessoas que haviam viajado para o exterior, principalmente para os Estados Unidos. (Lima, 2021).

No entanto, podemos observar, a partir da leitura de uma notícia do jornal *Diário do Nordeste*, intitulada “São Paulo já produz suas próprias AIDS”, de 15 de outubro de 1983, que explana os apontamentos do diretor da Divisão de Dermatologia Sanitária na Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, Paulo Teixeira, que demonstrava que o comportamento manifestado pela Aids nesse estado e nos Estados Unidos — país que, até aquele momento, apresentava o maior número de acometidos — estava cada vez mais semelhante.

Reforçava-se, a cada dia, a ideia de que a doença já podia se proliferar, independentemente do contato com estrangeiros. A epidemia “forasteira” já havia se “nacionalizado”. É o que observamos, a partir deste trecho da referida notícia: “[...] 60% dos portadores paulistas de AIDS não tinham viajado para o exterior nem tiveram contato com estrangeiros durante os últimos cinco anos. Isso significa, para Paulo Roberto, que São Paulo já se tornou um importante foco para geração de casos autóctones da doença”. (Diário do Nordeste, 1983, p. 17).

Em virtude de sua crescente proliferação, tendo em vista que, nesse período, a doença já se fazia presente em diversos países da América Latina, a Aids, ainda de acordo com esse mesmo registro, protagonizava muitos dos congressos organizados pela classe médica, os quais buscavam, dentre outros objetivos, promover o diálogo entre os profissionais da saúde e abrir espaço para a difusão dos novos conhecimentos adquiridos sobre a patologia.

Além disso, possibilitavam o entendimento da ação da enfermidade, contribuindo para a desmistificação dos argumentos que limitavam as possíveis formas de atuação da enfermidade, como a falsa compreensão de que a síndrome tinha a tendência expansionista apenas em países ou localidades específicas. (Diário do Nordeste, 1983, p. 17).

Nessa notícia informava-se, também, que os casos da doença já tinham ultrapassado as fronteiras de São Paulo, “invadindo” o território de outros estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Contudo, apesar da gradação no número de acometidos, a doença parecia ainda estar longe da população cearense, pois não foi feita nenhuma referência à suspeita de casos no Ceará.

No entanto, sete meses após a publicação da supracitada notícia do jornal *Diário do Nordeste*, em 15 de maio de 1984, o jornal *O Povo* publicou a seguinte matéria: “*Suspeito de AIDS é internado no Hospital das Clínicas*”, que informava sobre o possível primeiro acometido de Aids no Ceará.

A partir de 1984, a enfermidade já parecia estar bem mais próxima, e, com isso, começava a ganhar mais espaço nas páginas dos periódicos locais. É o que observamos através do estudo de Lima (2021), que busca compreender os diferentes discursos difundidos em relação à Aids, ao longo da década de 1980, nos jornais do Ceará.

O padecente que protagoniza a referida notícia, há dois anos sofria com os sintomas e com o temor de ser confirmada a suspeita de tratar-se de Aids a sua enfermidade. Podemos verificar, ainda, no trecho que corresponde à primeira parte da notícia, uma preocupação que havia entre os médicos e que também se reflete na abordagem do texto, de não apontar equivocadamente os casos sob suspeita como sendo da síndrome. É o que observamos a partir da estratégia utilizada na matéria que ao descrever os sintomas do acometido, que eram atribuídos a um “*quadro de imunidade celular negativa*” ressaltava constantemente que os mesmos sinais poderiam aparecer em virtude de outras patologias, como a “*leucemia, defeito congênito, tuberculose, entre outras moléstias*”. (O Povo, 1984, p. 06).

Conforme a narrativa da notícia, sabemos que o jornal não obteve acesso a maiores informações sobre a vida íntima do paciente que pudessem contribuir para a elucidação do que poderia ter causado a presença de tais sintomas. A matéria ressalta, ainda, o desaparelhamento das clínicas do estado diante de possíveis casos da síndrome, sendo necessário, na definição do diagnóstico, o deslocamento dos testes realizados nos enfermos para a cidade de São Paulo.

Identificamos a partir da explicação do médico Tadeu Sobreira, figura de destaque em grande parte do conteúdo da notícia, e que era um dos responsáveis pelo acompanhamento do caso, que o único hospital que recebia os suspeitos de Aids no Ceará era o Hospital das Clínicas, o qual, por tratar-se de um hospital universitário, voltado, sobretudo, para os estudos e pesquisas médicas, configurava-se como o único “adequado” para receber esse tipo de paciente que precisava de profunda investigação para a sua diagnose.

Sobre o paciente, a notícia revela o único fato que se sabia da vida íntima do jovem, “*de aproximadamente 25 anos*”, que dizia respeito à última viagem que o moço fizera: “*O único detalhe pessoal que se conhece do rapaz é que esteve em São Paulo há dois anos e desde então se encontra doente*”. (O Povo, 1984, p. 06).

Considerando que já se sabia que São Paulo era o estado brasileiro com maior incidência de Aids, essa informação, sem dúvida, era bastante reveladora. O jornal deixava “nas mãos” do leitor a confirmação do primeiro caso de Aids no Ceará e permanecia no seu lugar de “imparcialidade”, retirando qualquer responsabilidade de si em relação ao esforço de confirmação do primeiro caso da doença, já que a notícia só apontou os dados fornecidos pelo médico e em nenhum momento fez qualquer afirmação.

A última parte da notícia se dá numa coluna intitulada pela frase “*AIDS o que é?*”, que trazia informações acerca do que se sabia sobre a doença e sua evolução desde os primeiros casos no mundo, quais os seus principais alvos e a gravidade da ação da síndrome nos seus portadores.

A SIDA é uma patologia causada por agentes ainda desconhecidos. O médico norte-americano Huhano Leikola, que participou do sexto seminário interamericano da Cruz Vermelha, no Rio, disse que a doença pode ser “provocada pela mutação de um vírus já existente, pois até o momento não se descobriu um agente específico”. Qualquer que seja ele manifesta-se atacando o sistema de defesa do ser humano e afeta principalmente os homossexuais, em segundo e em menor número os viciados em drogas e os hemofílicos. Os primeiros casos de AIDS surgiram nos Estados Unidos, já foram detectados mais de 3.000 em todo o mundo, como no Caribe e a África Central. “Após dois anos de enfermidade a taxa de mortalidade supera os 90%” e, conforme o médico Walter Dowdle, do centro de enfermidades infecciosas de Atlanta (EUA). Esse é um dos fatores que aumenta o temor da doença, pois poucos conseguiram sobreviver as suas investidas (O Povo, 1984, p. 6).

Embora não apresentasse um teor sensacionalista, e se preocupasse constantemente em veicular a fala dos médicos sobre o caso, a notícia não deixou de contribuir para o reforço do pânico à doença e ao doente, apresentando um caso de suspeita da enfermidade no estado, tendo em vista que a patologia causava temor por toda a sua magnitude, desconhecimento da sua causa e ainda mais da sua cura.

Observamos que diferentemente do que acontecia nas abordagens de outros periódicos de maior circulação no país, tais como os apresentados no estudo de Araújo (2018), que potencializaram a consolidação dos elementos estigmatizantes da doença, como, por exemplo, a suposta estreita ligação com a população homossexual, inclusive reproduzindo nomenclaturas que já se sabiam equivocadas cientificamente, as notícias dos periódicos cearenses analisadas neste artigo, por mais que não deixassem de mencionar a maior incidência de casos da enfermidade nesse grupo, já em 1982, preocupou-se em divulgar e dar ênfase às informações que salientavam a possibilidade de outros indivíduos poderem ser acometidos, inclusive crianças, aspecto que colaborava para desmistificação da enfermidade como uma punição aos “comportamentos sexuais desviantes”.

Se nas notícias de outros jornais, desse mesmo período, o elemento preponderante acerca da doença é a ênfase no par AIDS-homossexualidade, nas notícias dos jornais cearenses enxergamos de modo sobressalente as duplas AIDS-morte e AIDS-mistério, pois em todas as notícias o desconhecimento acerca do agente etiológico e dos reais meios de transmissão, bem como a explanação quantitativa das vítimas da doença, que só aumentavam, é muito frequente.

Outro aspecto que chama atenção é o tom alarmista, no que diz respeito à propagação da enfermidade, sempre destacando a desparticularização das vítimas, no sentido de deixar claro que a Aids poderia atingir a todos, indiscriminadamente, e que ela se espalhava pelo mundo a passos largos.

Todavia, é válido frisar que, embora as matérias ressaltassem a rápida difusão da enfermidade, até 1984, quando é divulgada a primeira notícia acerca de um caso sob suspeita no Estado, todas as matérias analisadas não fizeram qualquer menção à possibilidade de a Aids ter chegado ao Ceará, sempre tratavam-na como um fenômeno alhures, mas que, nem por isso, deveria ser negligenciado pelo leitor.

Esse tipo de abordagem, embora pudesse contribuir para o aumento do temor à doença, servia para desmistificar e deslegitimar posicionamentos e discursos de cunho conservador que tentavam imprimir à enfermidade a metáfora do castigo aos indivíduos praticantes de condutas contrárias à moral e aos bons costumes, tais como os homossexuais, mormente.

Por fim, outro elemento que protagonizou as notícias sobre Aids nos jornais analisados foi o destaque do discurso científico na construção das narrativas sobre a enfermidade, tendo os médicos como porta-vozes.

Nessas abordagens observamos, em suas entrelinhas, a promoção da ciência como redentora dos males (o bem), aquela que “busca”, “pesquisa”, “combate”, “previne” e “cuida”, em oposição ao “mal”, que “destrói”, “mata” e “estigmatiza”, fazendo com que a ciência, em relação à Aids, por ser a única capaz de encontrar a cura, ou, pelo menos, o tratamento adequado para as vítimas, apoderasse-se do lugar que, indiscutivelmente, sempre pertencera à religião, o de redentora e detentora das esperanças, pois só ela poderia trazer a “salvação”, a eliminação ou, ao menos, o controle da doença. (Lima, 2021).

Nesse sentido, ao escolher a voz da ciência para a formulação dos seus discursos sobre a Aids, os jornais cearenses permaneciam no seu lugar de “neutralidade” e de compromisso com a verdade, pois reproduziam o discurso da ciência enquanto

autoridade “acima de qualquer suspeita”, e, convenientemente, desvinculava os próprios posicionamentos acerca do que era dito.

#### 4. Considerações Finais

Nesse primeiro momento em que a Aids ainda não se fazia presente como um fenômeno biomédico no Ceará, sua materialização enquanto notícia antecedeu a epidemia propriamente dita, aspecto que, sem dúvida, exerceu grande influência sobre a formação da doença como um fenômeno social, pois, utilizando-se das palavras de Herlizch e Pierret (1992), foi, de certa maneira, a imprensa quem fez a Aids existir para o conjunto da sociedade.

Dessa maneira, sendo a Aids uma doença socialmente impactante, por todas as características que lhe são peculiares, e por ter eclodido em um período de grande dominação midiática nos processos de comunicação social, entendemos que a imprensa exerceu papel fundamental na produção de sentidos sobre ela, pois a mídia, como um todo, constitui-se em um poderoso meio de criar e fazer difundir repertórios sobre quaisquer temas que ela venha a se apropriar, tal como fez com essa enfermidade na década de 1980.

Conforme destacam outros estudos que analisaram a abordagem conferida à Aids em periódicos, jornais e programas televisivos, tais como os de Barata (2006), Araújo (2018), Vianna e Nascimento (2013), a estratégia de utilização do discurso científico para falar sobre temática tão delicada e repleta de ramificações que reverberavam em muitos outros pontos sensíveis da sociedade, tais como os tabus da sexualidade, homossexualidade, comportamentos desviantes e morte, foi muito presente na construção das narrativas sobre a Aids por parte desses veículos. Contudo, conseguimos identificar diferenças bastante evidentes dos elementos sobressalentes nesses discursos, que, em tese, utilizavam-se de fontes e estratégias similares.

Ao recorrerem ao discurso científico os diferentes veículos de comunicação apropriavam-se de elementos específicos acerca da doença para conferirem protagonismo, ao passo que não atribuíam a mesma importância a outros, o que fez, por exemplo, com que em diferentes jornais, a Aids, em períodos muito próximos, conforme vimos, aparecesse como uma doença que se espalhava rapidamente pelo mundo, podendo atingir a todos, e, contraditoriamente, como uma enfermidade que parecia escolher suas vítimas a partir de seus comportamentos socialmente reprováveis.

Por mais que os veículos de comunicação utilizassem na sua construção dos discursos sobre a Aids a pretensa neutralidade e autoridade “inquestionável” da Ciência, estratégia bastante eficaz para assegurar perante a sociedade o lugar de imparcialidade, que costuma-se atribuir à mídia, sobretudo ao jornalismo, não podemos esquecer que a elaboração e o desenvolvimento do conhecimento científico não se dá de modo apartado do contexto social de seus formuladores, e que, além disso, cada plataforma de comunicação decide, na produção de seus conteúdos, quais elementos “merecem” ou não destaque.

Nesse sentido, ao analisarmos as notícias dos jornais cearenses, comparando com o teor e abordagem de outros jornais sobre a doença em contexto e período correspondentes, percebemos que uma mesma temática baseada em fontes de informações semelhantes, trazendo elementos similares em suas narrativas podem trabalhar um mesmo objeto de modo a enfatizar aspectos muito diversos, que podem modificar sensivelmente a maneira de se entender determinadas questões.

Como destaca Verón (1981), são muitas as formas de passar uma mesma informação, e múltiplos os significados que a ela podem ser atribuídos, mesmo que sejam utilizadas as mesmas fontes e as mesmas imagens, pois, conforme este sociólogo, mais importante do que aquilo que está sendo dito é o modo como se diz, pois são as maneiras com que as informações são repassadas por um veículo de comunicação que permitem observar as relações e trocas de sentido entre emissores e receptores.

Neste trabalho, nos limitamos a destacar os elementos que se sobressaíram nas notícias sobre Aids veiculadas pelos dois principais jornais cearenses da época, que, como vimos, nas narrativas analisadas, não foram exatamente os mesmos extraídos a partir de periódicos de maior circulação, tais como os jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo*, por exemplo, os quais, conforme o trabalho de Araújo (2018), insistiam em “reproduzir o discurso das fontes que eram plenas de preconceito ao vincular a AIDS à homossexualidade”. (Araújo, 2018, p. 99).

Tendo em vista que os periódicos não são transmissores neutros e imparciais de informação, por mais que se apresentem dessa forma, ressaltamos a importância de analisar seus conteúdos de modo a relacioná-los com cautela ao contexto histórico de sua produção, mantendo constante diálogo com outras fontes e referências. Conforme salienta Leite (2015), os jornais, enquanto fonte de pesquisa, não representam fielmente a realidade do meio no qual estão inseridos e, por isso, o pesquisador ao analisá-los deve levar em conta que esses dispositivos, assim como todos os outros na sociedade, na produção de seus conteúdos estão sempre a se posicionar, mesmo que de maneira velada, seja através de seleção, omissão, inversão, manipulação, destaque e/ou ocultação de dados, a depender de seus interesses. Nesse sentido, devemos pensar essa fonte de pesquisa de modo a reconhecer

[...] seus limites, problemas e historicidade, e pensar o jornal como um produto resultado de conflitos e interesses no interior de uma sociedade, manipulado e produzido dentro de forças conflitantes, sujeito a interferências internas e externas, regulado por leis e regras de conduta, produzido por um grupo de pessoas para um estabelecimento público, em uma situação específica, em um determinado lugar e época, separados ou conectados ao movimento geral, o que faz cada órgão de imprensa ter características e peculiaridades próprias. (Leite, 2015, p. 13).

Apesar dessas questões que permeiam a utilização do jornal como documento histórico, a sua contribuição para a compreensão do momento em que está inserido é inegável, pois é um dos principais narradores de sua contemporaneidade. Todavia, para que se alcance toda a riqueza factual contida nas páginas desses veículos de informação, o pesquisador deve munir-se com diversos procedimentos metodológicos, dentre os quais a elaboração de indagações a serem respondidas, tais como: Quem são os proprietários desse jornal? A que público se destina? Qual a sua proposta? Quando foi produzido? Tendo em vista que suas narrativas, nem sempre, são relatos fidedignos, considerando que nos bastidores de sua produção existe, muitas vezes, a defesa de um posicionamento político, cultural e/ou religioso, dos interesses de uma classe social ou de um poder econômico, bem como a busca pelo alcance a um determinado público-alvo, que podem decorrer das pressões de governantes, grupos financeiros, políticos, anunciantes ou dos próprios leitores.

Nesse sentido, entendemos que seria conveniente e complementar a este estudo uma análise acerca dos “problemas de produção” desses dois jornais analisados, que, conforme salientam Herliche & Pierret (1992), relacionam-se a posicionamentos específicos e a estratégias de redação próprias, que estão intrinsecamente relacionados a condicionantes econômicos, técnicos, organizacionais, políticos e ideológicos de cada instituição, tendo em vista que cada jornal possui sua própria diversidade de sujeitos, de opiniões e de pensamentos que nem sempre convergem ou são de fácil percepção no seu interior, aspectos que não puderam ser comportados pela proposta deste artigo, que buscou centrar-se na identificação dos elementos que se destacaram na produção das notícias sobre a doença.

Sugerimos, portanto, como objeto de estudo para pesquisa futura, a partir dos apontamentos destacados neste trabalho, investigar tais condicionantes de produção dos jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste*, a fim de compreender as motivações para que a doença tenha sido abordada de maneira diversa de outras comumente difundidas, que veiculavam-na como uma doença de homossexuais, desmistificando essa ideia, assim que possível, a partir da ênfase em informações que contribuam para tanto.

## Referências

- Araújo, R. N. (2021). *O Terrível Flagelo da Humanidade. Discurso médico-higienistas no combate à sífilis na Paraíba (1921-1940)*. São Paulo: e-Manuscrito.
- Araújo, A. C. C. (2018). O Globo e Folha de São Paulo: os jornais como fontes de estudos da AIDS. In: Silveira, A. J. T., Nascimento, D. R. & Franco, S. P. (orgs). *Uma história brasileira das doenças*. v. 8. Paralelo.
- Barata, G. F. (2006). *A primeira década da Aids no Brasil: o Fantástico apresenta a doença ao público (1983-1992)*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Babo-Lança, I. (2011). Configuração mediática dos acontecimentos do ano. In: *Caleidoscópio, Revista de Comunicação e Cultura – Dimensões do acontecimento - Configuração, mediação, tempo e experiência*. Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – departamento de Ciências da Comunicação, Artes e Tecnologias da Informação. Edições Universitárias Lusófonas, n. 10, 1º semestre.

- Bessa, M.S. (2002). *Os perigosos: autobiografias e AIDS*. Aeroplano.
- Camargo Jr, K. R. *As ciências da Aids e a Aids das ciências: o discurso médico e a construção da Aids*. Relume Dumará, 1994.
- Capelato, M. H. (1988). *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP.
- Diário do Nordeste. (1983). São Paulo já produz suas próprias AIDS. Website do jornal Diário do Nordeste, Fortaleza, 15 de outubro de 1983, p. 17.
- Elmir, C. P. (1995). As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas do seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos do PPG em História da UFRGS*. Porto Alegre.
- Fausto Neto, Antônio et al. (2010). (Re) Visitando os conceitos de contrato de leitura. Uma proposta de entendimento dos pontos de vínculo entre emissor/receptor da sociedade dos meios para sociedade midiaticizada. Intercom. *Anais [...]. XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul*.
- Fee, E., & Fox, D. M. (1989). The contemporary historiography of Aids. *Journal of Social History*. 23(2), 303-14.
- Galvão, J. (2000). *AIDS no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia*. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Ed. 34.
- Geantomasse, F. M., & Bervique, J. de A. (2010). "Homoafetivos versus homofóbicos: e a guerra continua". *Revista Científica Eletrônica de Psicologia*.
- Granjeiro, A. et al. (2009). Resposta à aids no Brasil: contribuições dos movimentos sociais e da reforma sanitária. *Revista Panam Salud Pública*. 87-94.
- Grmek, M. (1995). O enigma do aparecimento da Aids. *Estudos Avançados*. São Paulo maio/ago. <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141995000200011&script=arttext&tlng-pt>.
- Herlizch, C., & Pierret, J. (1992). Uma Doença no Espaço Público. A AIDS em Seis Jornais Franceses. *Physis*. <https://www.scielo.br/pdf/physis/v15s0/v15s0a05.pdf>.
- Lapiente, R. S. (2016). A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. *Bilros*. Fortaleza. <http://seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=1938>.
- Le Goff, J. (1985). *As doenças têm História*. Lisboa: Terramar.
- Le Goff, J. (2003). *História e Memória*. Campinas: Unicamp.
- Leite, C. H. F. (2015). Teoria, Metodologia e Possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. *Escritas*. p. 3-17. <https://doi.org/10.20873/vol7n1pp03-17>.
- Lima, É. C. (2021). *A AIDS vira notícia: os discursos sobre a "doença nova" nos periódicos cearenses na década de 1980*. Ceará: Eduece.
- Mayer, K., & Pizer, H. (1983). *AIDS: a epidemia mais assustadora do nosso século*. Três Livros e Fascículos.
- Martins, A. L., & Luca, T. R. de. (Orgs). (2008). *História da Imprensa no Brasil*. Contexto.
- Mateus, S. (2011). A Configuração Evenemencial da Publicidade. *Caleidoscópio Revista de Comunicação e Cultura*. Configuração, mediação, tempo e experiência. Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Edições Universitárias Lusófonas, p. 137-145.
- Nascimento, A. M. V. do., et al. (2020). Rede de apoio aos homossexuais vivendo com HIV/AIDS: Uma visão integrativa. *Research, Society and Development*. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i10.8792>.
- Nascimento, D. R. do. (2005). *As pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada*. Fiocruz.
- Nascimento, D. R. do. (2017). AIDS: a emergência da década de 1980. In: Franco, S. P., Nascimento, D. R. do., & Silveira, A. J. T. (orgs). *Uma história brasileira das doenças*. Belo Horizonte: Fino Traço.
- O Povo. (1983). AIDS preocupa os homossexuais em São Paulo. Website do jornal O Povo, Fortaleza, 01 de julho de 1983, p. 13.
- O Povo. (1982). Americanos descobrem nova doença que ataca crianças. Website do jornal O Povo, Fortaleza, 12 de dezembro de 1982, p. 8.
- O Povo. (1984). Suspeito de AIDS internado no Hospital das Clínicas. Website do jornal O Povo, Fortaleza, 15 de maio de 1984, p. 6.
- Pollack, M. (1990). *Os homossexuais e a AIDS: sociologia de uma epidemia*. Estação Liberdade.
- Revel, Jacques & Peter, Jean-Pierre. (1988). O corpo: o homem doente e sua história. In: Le Goff, Jacques & Nora, Pierre (Orgs). *História: Novos Objetos*. 3ª ed. Rio de Janeiro: F. Alves.
- Rosenberg, C. (1992) *Explaining epidemics and other studies in the history of medicine*. Cambridge: University Press.
- Silveira, A. J. T. da., & Nascimento, D. R. do. (2004). A doença revelando a história. In: Silveira, A. J. T. da., & Nascimento, D. R. do (orgs). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo.
- Silveira, A. J. T. da., & Nascimento, D. R. do. (2018). Epidemias do século XX: gripe espanhola e aids. In: Teixeira, L. A., Pimenta, T. S., & Hochman, G. (orgs). *História da Saúde no Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- Sontag, S. (1984). *A doença como Metáfora*. Graal.

Sontag, S. (1989). *A AIDS e suas metáforas*. Companhia das Letras.

Sosa, D. A. C. (2007). *A História política do Brasil (1930-1934) sob ótica da imprensa gaúcha*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

Spink, M. J. P., et al. (2001). A construção da AIDS notícia. *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2001000400019>.

Trevisan, J. S. (2007). *Devassos no paraíso. A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record.

Tronca, Í. A. (2000). *As Máscaras do medo: lepra e AIDS*. Ed Unicamp.

Veron, E. (1981). *Construire l'événement*. Minuir.

Veron, E. (2004). *Fragments de um tecido*. UNISINOS.

Vianna, E. da S., & Nascimento, D. R. do. (2013). “Nunca me senti tão maldito”: o estigma e a epidemia de Aids no Brasil. In: Franco, S. P., Nascimento, D. R. do., & Maciel, E. L. N. (orgs). *Uma história brasileira das doenças*. v. 4. Fino Traço.